

**“DECIFRA-ME OU DEVORO-TE”
O ENIGMA DO NAZI-FASCISMO NA OBRA DE ERICH FROMM**

RODRIGO MEDINA ZAGNI*

Resumo: O artigo tem como objetivo identificar os referenciais teórico-conceituais a partir dos quais Erich Fromm, autor inscrito na tradição de uma *Esquerda Freudiana*, propôs sistemas explicativos para o fenômeno do nazi-fascismo. Fromm o fez do *olho do furacão*, no ano de 1941, com a Segunda Guerra ainda em curso e o governo nazista no poder. Mais amplamente, procura-se verificar que contributos estes referenciais puderam legar às Ciências Humanas e Sociais na forma de elementos explicativos, provenientes das teorias da psicanálise, para a tamanha complexidade deste objeto histórico.

“Por que, quando a Esfinge propunha aqui seus enigmas, não sugeriste aos tebanos uma só palavra em prol da salvação da cidade? A solução do problema não devia caber a qualquer um; tornava-se necessária a arte divinatória. Tu provaste, então, que não sabias interpretar os pássaros, nem os deuses. Foi em tais condições que eu aqui vim ter; eu, que de nada sabia; eu, Édipo, impus silêncio à terrível Esfinge; e não foram as aves, mas o raciocínio que me deu a solução”.

Sófocles, “Édipo Rei”

Segue o homem contemporâneo como aqueles na que tragédia de Sófocles - *Édipo Rei*, escrita em 427 a.C. - se enfrentaram com a Esfinge às portas de Tebas, a qual lhes impunha o desafio mortal: “decifra-me ou devoro-te”. Fitando-nos com olhos humanos sobre corpo de leão, no tempo presente a busca é por explicações plausíveis para enigmas que, irresolutos, tendem a devorar os que desejam desvendá-los. Dentre os enigmas da contemporaneidade, interessam-nos as atrocidades perpetradas num passado

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP) e docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

muitíssimo recente, produto do fenômeno político do autoritarismo que, ao longo da história, encontrou formas diversas de manifestação.

Tendo atravessado o septuagésimo aniversário do término da Segunda Guerra Mundial, da morte de Adolf Hitler e do fim do nazismo, do desfecho do Holocausto na forma das *Marchas da Morte*, dos ataques aéreos incendiários à Tóquio, do lançamento das bombas termonucleares sobre Hiroshima e Nagasaki por parte da aviação de guerra norte-americana e do bombardeio morticida a Dresden, enigmas mortais seguem guardando as chaves para a compreensão dos processos que redefiniram o mundo contemporâneo.

Tal qual Édipo, desvendá-los nos permitirá seguir vivendo, bem como toda a nossa sociedade, salvos do poder destruidor da criatura.

Das esfinges da contemporaneidade, segue irresoluto o enigma do nazismo. Como foi possível amalgamar, de tal forma, corações e mentes a fim de apoiar práticas de ódio alçadas à condição de doutrina política? Como foi possível a uma das populações mais cultas de toda a Europa aderir conscientemente ao autoritarismo, comutando sua liberdade em nome de um Estado belicoso, profundamente militarizado e que vociferava ódio a uma série de minorias bestializadas por meio de um regime de propaganda de massa? Como foi possível o nazismo?

Não há a mínima pretensão, neste trabalho, de dar cabo dessas questões; nossos esforços se darão noutra direção, apontada nas linhas do historiador britânico Robin George Collingwood (APUD SCHAFF, 1974:109), para quem “cada nova geração deve reescrever a história a sua própria maneira”. Logo, vê-se necessário revisitar os clássicos que, lidos noutra momento que não aquele de sua composição, podem demonstrar novo vigor explicativo para os mesmos problemas a que se propuseram no tempo de sua composição.

Dentre os clássicos que se dedicaram ao enigma do nazismo, há em pelo menos dois períodos distintos, separados no tempo por um brevíssimo interlúdio, um avanço bastante significativo de teorias psicanalíticas que rapidamente extrapolaram o âmbito de domínio de sua ciência *mater* e acabaram incorporadas a sistemas explicativos maiormente das Ciências Humanas e Sociais, repercutindo em todas as suas áreas de conhecimento, o que inclui o campo de análise da História Social. Trata-se da *Teoria*

Crítica que inscreve o pensamento de Wilhelm Reich, na *Psicologia de massas do fascismo*, cuja primeira edição data de 1933, portanto antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial e de o nazismo ter demonstrado seu avassalador poder destrutivo sobre o mundo; e da *Esquerda Freudiana* representada por Erich Fromm na obra *O medo à Liberdade*, escrita em 1941, portanto durante a Segunda Guerra Mundial e com o nazismo no poder. É da obra de Fromm que trataremos.

Nascido no próprio despertar do séc. XX, aos 23 de março de 1900 na cidade de Frankfurt-am-Main, no seio de uma família judeu-ortodoxa e que tinha no rabinato já uma tradição, o jovem Fromm empenhou-se nos estudos religiosos do *Talmud* durante toda a sua formação básica e universitária, esta iniciada em Frankfurt e, a partir de 1919, em Heidelberg, onde cursou Sociologia, Psicologia, Filosofia e defendeu, no ano de 1922, a tese “*Das jüdische Gesetz. Ein Beitrag zur Soziologie des Diaspora-judentums*”¹.

A contribuição das investigações psicanalíticas de Erich Fromm para a compreensão do fenômeno do autoritarismo se deu exatamente num momento em que, nos estudos sobre o fascismo alemão, um abismo separava fatores psicológicos de fenômenos políticos e econômicos, indicando extremos explicativos nos quais a psicologia nada teria a oferecer às análises políticas e econômicas; ou do lado oposto, a psicologia, sozinha, pretensamente explicaria o nazismo desconsiderando política e economia, como estruturas à sombra de motivos essencialmente comportamentais.

Considerando-se apenas dinâmicas econômicas e conjunturas políticas, o expansionismo alemão, nas relações internacionais, manifestaria tendências expansionistas do tipo de imperialismo preconizado pelo *Terceiro Reich*, ou seja, aquele inscrito na chave dos históricos *impérios formais*. Em estudo muito mais recente, o economista italiano Giovanni Arrighi (1996:27-86) caracterizou-o como *territorialista*: configuração em que o cálculo de poder é feito a partir do domínio direto sobre vastas possessões territoriais, recursos humanos e materiais, logo, a gestão do Estado e da guerra privilegiaria meios como o controle sobre o capital circulante para a consecução do objetivo maior da expansão imperial sobre territórios e povos, a fim de manter e incrementar sua condição de poder; o que permitiria ao nazismo impor sua vontade

¹ “A lei judaica. Uma contribuição para a sociologia da diáspora”.

sobre os pares a ele subordinados no sistema mundial (Cf.: WALLERSTEIN, 1979:7-18; 489-502).

Já no espectro interno, o nazismo ao tempo de Fromm seria reduzido à fórmula explicativa de uma força política que, organizada como partido, teria se instalado no aparelho burocrático do Estado, apoiado pelas classes dos *junkers* e dos industriais e que, com isso, imporiam a vontade de uma minoria por sobre a maior parte da população alemã, argumento que por si só não explica o considerável apoio manifestado reiteradas vezes, por distintas classes, às plataformas de ódio defendidas e implementadas pelo nazismo, o mesmo que dizer: não explica o nazismo como fenômeno de massa.

No extremo oposto, que inscreve autores como o historiador norte-americano Lewis Mumford (1940:118), o nazismo foi possível, simplesmente, porque Hitler e toda a cúpula do Partido Nazista seriam mentalmente desequilibrados, loucos e neuróticos, o que evidentemente independeria tanto de conjunturas políticas quanto de dinâmicas econômicas. Como fenômeno de massa, seguiria ainda incompreendido o nazismo, a não ser que por ventura ganhasse lugar nos manuais de medicina a patologia da loucura coletiva da qual toda a nação alemã teria sido curada instantaneamente em maio de 1945, com a queda do regime.

Para Fromm, nenhuma dessas explicações poderia estar correta, isso porque se considerado o nazismo como um problema psicológico, incidiriam sobre comportamentos individuais ou coletivos os fatores político-econômicos de seu tempo; bem como a própria realidade política e econômica, produzindo comportamentos distintos sobre os indivíduos participantes dela, precisaria ser compreendida sobre bases psicológicas. Para o autor (FROMM, 1986:167), basta dizer que o nazismo se assentou não apenas por sobre instituições políticas, estruturas e práticas econômicas, mas sobre uma base humana, o que lhe permitiu conceber uma *psicologia do nazismo* e, por conseguinte, os problemas sobre os quais deveria então se debruçar: “a estrutura do caráter das pessoas a quem ele atraiu e as características psicológicas da ideologia que o transformou em instrumento tão eficaz com relação àquelas mesmas pessoas” (FROMM, 1986:167).

Mesmo porque, para Fromm, não teriam sido fatores psicológicos que causaram o nazismo, mas interesses econômicos que, por sua vez, foram interpretados pela base humana sem a qual o nazismo jamais poderia ter sido criado. O mesmo que dizer que aqueles que apoiaram o regime, o fizeram a partir das interpretações que produziram acerca de sua condição econômica e, sobretudo, de classe.

Sobre a base humana do nazismo – a base psicológica para o seu sucesso –, Fromm distinguiu na sociedade alemã dois tipos elementares de indivíduos: aqueles que se submeteram ao regime sem com isso se identificar com a ideologia e as práticas políticas nazistas; e aqueles que fanaticamente admiraram, aderiram e propagaram os valores do nazismo.

No primeiro tipo apareceriam a classe operária e a burguesia liberal e católica, que inclusive teriam sido hostis ao nazismo até o ano de 1933, quando este passou a ascender, por vias democráticas, ao aparelho de Estado alemão. Salta aos olhos o fato de que tanto o movimento operário, identificado com os princípios socialistas, quanto a burguesia liberal e o cristianismo fiarem-se em princípios igualitaristas, estes postos abaixo pelo ideário nazifascista, para o qual as diferenças é que teriam valor central nas suas *explicações de mundo*. No entanto, a rapidez com que estes tipos sociais se submeteram, sem opor resistência ao nazismo, pode ser explicada por uma condição de *fadiga e resignação interior*, traços característicos do homem contemporâneo a Fromm, de acordo com seu diagnóstico (FROMM, 1986:174), também pela partilha dos sentimentos de *impotência e insignificância* individuais, comuns à etapa monopolista do capitalismo. A situação é agravada no caso da classe operária alemã que, à sombra do sucesso da revolução bolchevique na Rússia, em 1917, teria amargado a derrota, em 1919, do Levante Espartaquista, de caráter comunista, na Alemanha (FROMM, 1986:167-168).

Com Hitler primeiramente ocupando a Chancelaria em 1933, quando o presidente recém-reeleito, Paul von Hindenburg, criou o cargo a fim de compor uma situação minimamente governista entre Executivo e Legislativo e tentando cooptar para a base aliada o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), a *nova direita* (Cf.: HOBBSAWM, 1995:113-143), na Alemanha, já se definia, tal qual o fascismo italiano (sua experiência primeira), um movimento de massa. Com a morte de

Hindenburg, em 1934, quando da fusão entre Chancelaria e Presidência, o político de origem austríaca e ex-cabo do Exército Bávaro finalmente chegava ao poder.

Posto fim à República de Weimar e proclamado o *Terceiro Reich* – o *Reich de mil anos* -, o sistema político alemão foi convertido em uma ditadura de partido único, momento em que o Partido Nazista passou a significar a própria Alemanha. Para Fromm (1986:168), a estratégia corroborou para uma conquista ainda maior da lealdade de milhões de pessoas para as quais ser fiel ao nazismo significava ser fiel à Alemanha, produzindo-se a fusão do nazismo à nacionalidade alemã; inversamente, combatê-lo significaria desligar-se dessa comunidade de sentimentos e de vínculos identitários.

... nada é mais difícil para o homem comum do que suportar o sentimento de não identificar-se com nenhum grupo maior. Por mais que um cidadão alemão possa opor-se aos princípios do nazismo, se tiver de optar entre ficar sozinho e sentir que pertence à Alemanha, como regra optará pela última solução.

Contudo, não se pode tributar o fenômeno de massa do nazismo apenas ao *medo do isolamento*, isso porque a submissão dos indivíduos, determinada por este tipo de temor, depende necessariamente da *debilidade dos princípios morais* – manifesta na incapacidade de *ver o outro*, submetido a procedimentos de desumanização - de que se valem forças autoritárias como aquelas organizadas na forma do Partido Nazista, no momento em que capturou o poder do Estado.

Tem-se, com isso, uma *atitude negativa* por parte da classe operária e da burguesia liberal e católica, profundamente resignadas, como base de apoio para o nazismo.

Por contraste, compondo sua análise com os estudos do cientista político e teórico da comunicação Harold Lasswell (1933) - considerado um dos fundadores da psicologia política -, da *Escola de Chicago*, e de Frederick Lewis Schuman (1939), historiador e cientista político norte-americano, a base apoiadora cuja atitude seria notadamente positiva e que recebeu a ideologia nazista fervorosamente, foram as camadas inferiores da classe média, constituídas por pequenos comerciantes, artesãos e funcionários públicos.

Por que a ideologia nazista foi recebida tão ardorosamente por esta baixa classe média? A pergunta moveu Erich Fromm, Anna Hartoch, Herta Herzog e Ernst

Schachtel, subsidiados pelo *International Institute of Social Research* da Universidade de Colúmbia, a pesquisarem o caráter dos trabalhadores alemães entre 1929 e 1930.

A resposta estaria no *caráter social* desta classe. Fromm explicou que princípios basilares do nazismo como o da obediência cega à autoridade, o ódio a minorias raciais e políticas e a exaltação de uma filiação racial nórdica superior, frente a raças degeneradoras das espécies, alimentou-lhes na alma de componentes explicativos que, rapidamente, converteram-lhes nos mais fanáticos adeptos do nazismo. Tais componentes criariam signos explicativos de distinção em relação a classe operária, bem como de uma aproximação, fomentada pela inveja, com a alta burguesia e a nobreza demovida de sua condição estamental com o fim da autocracia dos *Kaisers*, em 1918. O caráter social dos extratos inferiores da classe média já estaria definido muito antes da chegada do nazismo ao poder na Alemanha:

... seu amor aos fortes e ódio aos fracos, sua mesquinha, hostilidade, sua parcimônia no que tocava aos sentimentos tanto quanto ao dinheiro, e essencialmente o ascetismo. Sua visão da vida era estreita, desconfiavam e odiavam o estranho e eram curiosos e invejosos com relação aos conhecidos, racionalizando sua inveja como indignação moral; toda a sua vida baseava-se no princípio da escassez – tanto econômica quanto psicologicamente. (FROMM, 1986:169)

Contudo, haveria traços do caráter dessa classe que seriam partilhados também com outros extratos sociais, como os princípios da obediência exagerada à autoridade e a poupança, também caros aos trabalhadores alemães.

Tais traços teriam sido acentuados pela derrota alemã na Grande Guerra e pelos eventos que se desdobraram até a ascensão do nazismo, culminando no *abismo econômico* de 1929 a 1932 (Cf.: HOBBSAWM, 1995:90-112; DOBB, 1971:391-470; CARR, 2001:*passim*), expressão mais extremada da crise geral em que mergulhou a sociedade alemã, neste ano, com a *grande inflação*. No poder logo a partir de 1933, o nazismo passou a exercer sobre esses extratos um fascínio pautado em duas dimensões essenciais de seu caráter de classe: o desejo por submeter-se – cerne do *masoquismo* –; conjugado a uma insaciável sede de poder que se manifestava subjungando o *outro* – estrutura do *sadismo*; ambos os traços são compostos pela exaltação da superioridade nórdica sobre raças tidas como bestiais e conformam o aspecto *sadomasoquista* que

identifica esses estratos (FROMM, 1986:170). A crise teria intensificado esses traços – *masoquismo-sadismo* -, tomados como centrais na ideologia nazista.

O ponto de mudança teria sido ainda anterior ao nazismo, tratando-se do período que antecedeu a derrota na Grande Guerra e a Revolução Alemã de 1918: a aparente estabilidade monárquica. O império dos *Kaisers* fornecera até então, a esse extrato social da baixa classe média, tanto a sensação de segurança quanto o *orgulho narcisista* aqui já referidos, sobretudo porque a unidade alemã, conquistada em 1871 e que dera forma ao *Segundo Reich*, fora sangrada pela via militar prussiana, fruto da *realpolitik bismarckiana* do *sangue e aço* e após uma sequência de vitórias: primeiro na *Guerra dos Ducados* contra a Dinamarca, depois na *Guerra das Sete Semanas* contra a Áustria e, finalmente, na *Guerra Franco-Prussiana*, quando fora enfim vencido o *inimigo hereditário* (Cf.: COGGIOLA & ZAGNI; in: COGGIOLA, 2015:530-550).

A estabilidade teria fim no pós-guerra, em 1918, cujas crises determinadas pela condenação da Alemanha ao pagamento de cerca de 270 milhões de marcos-ouro às potências vencedoras do conflito – o que incluía pensões por combatentes estrangeiros mortos -; pelo alijamento de territórios caríssimos ao esforço industrial por serem provedoras de matérias-primas (caso da Alsácia e da Lorena); a ocupação francesa do Vale do Rhür, região mineradora cuja ocupação esteve vinculada ao pagamento da indenização; levaram rapidamente à pauperização da classe média já durante a inflação de 1923, pondo fim às poupanças e economias de famílias inteiras que se viram pobres de um dia para o outro.

Entre 1924 e 1928, a tímida melhora na situação econômica alemã não foi suficiente para o restabelecimento desses estratos inferiores da classe média e, com a depressão econômica de 1929, seus ganhos seriam definitivamente varridos daquela economia, amargando-se um quadro inflacionário sem precedentes que atingiu mais gravemente esses estratos intermediários, espremidos entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial.

A ruptura com a estabilidade monárquica e a queda no abismo econômico, que caracterizara a recém-nascida e malfadada República de Weimar, culminaram num processo de desfiliação identitária e na perda de referências que só seriam recompostas com o advento do nazismo.

O período republicano do entre guerras não seria apenas o de uma crise econômica para a qual não havia precedentes; mas de uma crise de confiança das classes dependentes do princípio da poupança, cuja salvaguarda, em última instância, cabia ao Estado, incapaz contudo de fazer viger os contratos até ali estabelecidos.

Segundo Fromm (1986:172), o pós-guerra produziu, em termos psicológicos, a queda brutal do prestígio social dessa classe mediana, inviabilizando a *díade masoquismo-sadismo*. Nesses termos,

Não foi só a posição econômica da classe média inferior que declinou rapidamente após a guerra, mas também seu prestígio social. Antes da guerra, uma pessoa dessa classe podia considerar-se como algo melhor do que um trabalhador. Depois da revolução, o prestígio social da classe obreira subiu consideravelmente e, em conseqüência, o da classe média caiu, relativamente falando. Não havia mais ninguém a quem se olhar de cima...

Da guerra resulta esfacelada também a família: núcleo primal de sociabilidade da pequena burguesia alemã; isso porque, numa articulação complexa, o declínio da autoridade política do Estado, seguido pela derrocada econômica dos estratos inferiores da classe média, teria minado no seio das famílias burguesas a própria autoridade do pai. Segundo Fromm (1986:172)

A decadência dos velhos símbolos de autoridade, como a monarquia e o Estado, afetou as funções das autoridades individuais, os pais. Se aquelas autoridades, que os jovens haviam sido ensinados pelos pais a respeitar, mostravam-se fracas, então os pais também perderam prestígio e autoridade. (...) A derrocada econômica da classe média privou os pais de seu papel econômico como financiadores do futuro econômico dos filhos.

E nisso consiste, essencialmente, o valor central da família burguesa, reproduzindo no plano das mentalidades os elementos valorativos da infraestrutura econômica, na qual a obediência aparece diretamente vinculada à capacidade de pagamento do *pater*.

Sua frustração, contudo, não seria atribuída à sorte amargada por sua classe; mas aos destinos de toda a nação alemã: a derrota nacional e a humilhação de Versalhes tronaram-se símbolos de recalamentos originários de restrições sociais. Mas originados em frustrações sociais, é imprescindível, para Fromm, problematizar o argumento dominante de que o nazismo teria sido resultado tão somente da derrota alemã na Grande Guerra e dos caracteres restritivos do Tratado de Versalhes já que, isso posto, seria necessário compreender as clivagens sociais vigentes na Alemanha. Isso porque,

para distintas classes, as percepções sobre o mesmo processo foram plasmadas através de diferentes visões de mundo.

Para a classe média inferior é que o tratado fora injusto, significando a humilhação que fora projetada como se não tivesse sido sentida apenas por sua classe, mas como signo de inferioridade de toda a nação. Logo, é dos extratos inferiores da classe média que provém a base social do surto nacionalista que seria cooptado pelo nazismo e convertido em ultranacionalismo.

Já para a classe operária, tanto a guerra quanto seu instrumento armisticial tiveram significados distintos. Tomada a monarquia czarista como inimiga de seus anseios por emancipação política e econômica, a derrota na guerra é que viabilizou a queda do regime, logo, teve o significado da própria revolução, responsável por sua vez por conquistas políticas e econômicas que a recolocaram, noutros termos, na sociedade alemã (FROMM, 186:173).

A dicotomia distanciou ainda mais a classe operária daqueles que mais temiam o processo de proletarização decorrente da crise econômico-social do entre guerras: a classe média, que buscou anteparo no projeto nazista desde suas primeiras elaborações.

Sobre a projeção da inferioridade social da baixa classe média alemã, em inferioridade nacional, asseverou Fromm (186:173-174):

Essa projeção é bem patente na evolução pessoal de Hitler. Ele era o representante típico da classe média inferior, um João-ninguém sem possibilidades de futuro. Ele sentiu muito acerbamente sua situação de pária. Em seu *Mein Kampf* fala de si mesmo repetidamente como o “João-ninguém”, o “desconhecido” que fora em sua mocidade. Porém, conquanto isso se devesse essencialmente à sua própria posição social, pôde racionalizá-lo em símbolos nacionais. Tendo nascido fora do *Reich*, sentiu-se excluído não tanto socialmente quanto nacionalmente, e o grande *Reich* alemão, a quem pudesse regressar todos os seus filhos, tornou-se para ele o símbolo do prestígio social e de segurança.

Trata-se de um novo momento para o movimento *pan-germânico* nascente no séc. XIX e que reavivou, como comunidade de sentimentos e em função das frustrações comuns aos extratos inferiores da classe média, os elementos identificadores partilhados por realidades apartadas no processo tardio de unificação nacional de 1871: austríacos e alemães, partícipes de uma mesma nação germânica. A identificação primal, nesses termos, é a de classe.

Efetivamente, portanto, o nazismo dependeu do apoio de uma determinada base humana para que Hitler fosse projetado no cenário político nacional. O mesmo vale dizer para que suas plataformas contassem com o apoio e aquiescência da maior parte da sociedade alemã.

Afastando-nos por ora das dicotômicas relações entre a classe média inferior e a classe operária e tateando o patamar das classes sociais dominantes na Alemanha, dentre os grupos declaradamente apoiadores do nazismo os grandes industriais e os decadentes *junkers* foram aqueles que, como classes proprietárias, tiveram que lidar com um parlamento que tendia a não representar seus interesses de classe.

Até o incêndio do *Reichstag* – em 27 de fevereiro de 1933 - e o conseguinte decreto de emergência que proscreveria o Partido Comunista da Alemanha (KDP), a composição da deputação contemplava em torno de 40% de comunistas e socialistas que, somados aos cada vez mais numerosos parlamentares nazistas, representavam segmentos de sociedade descontentes com os rumos do capitalismo mundial e, com isso, avessos às pautas tanto dos grandes industriais quanto da falida aristocracia rural (Cf.: TOBIAS, 1964:26-28).

Com as eleições parlamentares de 5 de março de 1933, a intensa propaganda eleitoral aliada à violência que já ganhava as ruas, ultimada pelos partidários nazistas e movida sobretudo contra a militância comunista, garantiu à NSDAP 43,9% dos votos, dos 89% de alemães que compareceram às urnas, equivalentes a 288 assentos dentre os 647 disponíveis, contra 12,3% dos votos depositados na KDP e 18,3% no Partido Social-Democrata (SPD). Não era, nem de perto, o que os nazistas desejavam; mas já era o suficiente para garantir uma maioria estável e a representatividade de diversos estratos da sociedade alemã, o que possibilitou ao Partido Nazista apresentar-se como um *Volkspartei*².

As classes proprietárias, com isso, tiveram que se submeter ao nazismo, mais do que pura e simplesmente apoiá-lo; mas tendo como contrapartida um Estado empenhado na consecução dos interesses dos mais poderosos grupos industriais alemães, sobretudo aqueles que protagonizaram a retomada do esforço industrial bélico-armamentista que deu novíssimo ânimo e vigor à economia de guerra que havia sido paralisada quando da

² “Partido do povo”.

queda do regime czarista. Com isso, abriam-se possibilidades para a retomada do imperialismo alemão, que se agigantara no séc. XIX e que fora interrompido em 1918, exatamente por meio de uma aliança entre Estado e setores empresariais, comprometidos com a economia de guerra.

Dito disso, a pergunta posta por Fromm é de que maneira o nazismo, personificado no mando de Hitler, conseguiu compor interesses, em essência, antitéticos, a saber: a pequena classe média e o imperialismo? A resposta deveria passar pela identificação de seus princípios e, para Fromm, o nazismo jamais teve princípios; em seu lugar, dispôs de um radical oportunismo. Enquanto o discurso de Hitler caracterizava-o como um rancoroso pequeno-burguês, prometendo o fim das lojas de departamento, a destruição do poder das grandes casas bancárias e o fim da especulação financeira (o que jamais ousou fazer), identificando-se com as camadas mais baixas da classe média; acenava com oportunidades de negócios para grupos industriais e *junkers* (FROMM, 1986:175-176).

Mas a quais forças, efetivamente, o nazismo serviu, dado tratarem-se de interesses auto excludentes? Para Fromm, as do imperialismo. Ou seja, enquanto promoveu o restabelecimento psicológico e valeu-se da situação emocional da pequena classe média, convertendo-a em força propulsora e propagadora de seus ideais; em termos materiais, destruiu o que restara de sua situação socioeconômica centrando esforços na luta pela consecução dos interesses políticos e econômicos dos grandes industriais, desde que alinhados aos propósitos imperialistas conforme definidos pelo nazismo em seu programa armamentista.

Para Fromm (1986:177), a essência do caráter autoritário é a presença simultânea de dois impulsos: o *sadismo* e o *masoquismo*. Enquanto no *sadismo* tem-se a pulsão pelo exercício de poder absoluto, por vezes destrutivo, sobre aqueles considerados inferiores e indefesos; no *masoquismo* o impulso é pela absorção, e mesmo desintegração, do indivíduo em relação a um poder esmagadoramente forte e ao qual pretende, por meio da anulação de sua própria individualidade, integrar, outorgando a inteligência do corpo (a massa) ao *líder*. As pulsões *sadomasoquistas*, por sua vez, manifestam-se em contextos de desarticulação ou mesmo destruição das teias de sociabilidade, em que indivíduos têm sua condição natural de existência social

dificultada ou anulada. Face ao isolamento social e na ausência de conteúdos ético-morais que, a partir da cultura hegemônica, permitam reconhecer o *outro* como indivíduo pleno - situação patológica que nega o homem como *animal político* -, a solidão impeliria os indivíduos, para sua superação, a esses dois extremos de relacionamento.

Na fórmula nazista, expressa nas linhas de seu manifesto político, as massas não tão somente deveriam, mas desejariam se submeter ao poder supremo do Estado, enquanto seus inimigos deveriam ser dominados ou aniquilados. *Sadismo e masoquismo* manteriam um corpo político estável pela submissão voluntariosa dos súditos por um lado e, por outro, pela persecução e aniquilamento de toda e qualquer dissidência. É o que defendeu Hitler (APUD FROMM, 1986:177):

O que elas querem [as massas] é a vitória dos mais fortes e o aniquilamento ou a capitulação incondicional dos mais fracos. (...) Como uma mulher... que preferirá submeter-se ao forte do que dominar o fraco (sic), assim as massas amam o que manda mais do que o que suplica, e intimamente ficam muito mais satisfeitas com uma doutrina que não tolera rivais do que com outra que garante direitos liberais; muitas vezes sentem-se perdidas com estes, e mais facilmente sentem-se desertadas. Elas não percebem a imprudência com que são espiritualmente aterrorizadas nem tampouco a mutilação ultrajante de suas liberdades humanas, pois de forma alguma lhes assoma ao espírito a falsidade desta doutrina.

Não se trata da dominação dos súditos por coerção, mas por aquiescência; como nos discursos de Hitler em que o poder da oratória - de caráter apostólico, messiânico e salvacionista - vence a vontade do auditório e, com isso, o sugestiona. A mesma lógica se aplica ao regime de propaganda de massa sob os auspícios de Joseph Goebbels, cuja tônica desafia seus receptores à luta perene pela civilização, sob a ameaça destruidora da barbárie. De igual forma, o receptor é vencido pela mensagem que designa o *líder*, o Partido ou o Estado como únicos poderes capazes de fazer frente ao perigo iminente da destruição.

Para Hitler (APUD FROMM, 1986:178),

A reunião de massa é necessária quando mais não seja só pelo fato de nela o indivíduo, que ao aderir a um novo movimento se sente sozinho e facilmente se vê dominado pelo medo de estar só, recebe pela primeira vez as imagens de uma comunidade maior, algo que exerce efeito revigorante e encorajador na maioria das pessoas... Se ele sair pela primeira vez de sua pequena oficina ou mesmo de uma grande organização, em que se sente muito pequeno

para ir a uma reunião de massa e vir-se rodeado por milhares e milhares de pessoas com a mesma convicção... ele próprio sucumbirá à mágica influência do que podemos chamar a sugestão em massa.

Já sobre a educação, no Estado nazista comandada por Baldur Von Schirach, da Juventude Hitlerista, e Bernhard Rust, ministro da Ciência, Educação e Cultura do *Reich*, os conteúdos deveriam plasmar nos alunos convicções, tanto históricas quanto biológicas, de existência de uma luta perene pela civilização e pela cultura, na qual gozaria da condição de superioridade civilizacional e do consequente direito de dominar povos nocivos ao progresso e considerados inferiores, tornando-os certos e aptos ao *sadismo* (FROMM, 1986:179).

A díade *masoquismo-sadismo* se completa na medida em que a massa se submete ao poder autoritário, encarnado no *líder*, que lida com as massas de forma sádica, mas também se submete, neste caso, a poderes supremos como a *Providência Eterna* – ou o *Criador Eterno* -, as *necessidades*, a *história* e, com centralidade na retórica nazista, as *Leis da Natureza*: poderes avassaladoramente fortes e que se apresentam na discursiva de Hitler tendo sido encarnados pelo Partido e, alçado o Partido ao poder, pelo Estado. Para os súditos, submetendo-se ao Estado, estariam se submetendo a esses próprios poderes. Para o Partido, submeter-se à *Natureza* lhe permitiria dominar suas *criaturas*. Privados de *sadismo* na relação com seu soberano, este é compensado em relação àqueles que o regime de propaganda e a educação formal apontavam como párias sociais, sejam inimigos internos (como judeus, eslavos, ciganos, comunistas, Testemunhas de Jeová, maçons etc.), sejam externos (as potências do capitalismo decadente ocidental, que seriam manejadas pelo judaísmo; e o comunismo internacional, que daria lugar de ascendência àqueles que, de acordo com as *leis da natureza*, seriam os *menos aptos*: miseráveis e trabalhadores pobres). Para que essa cadeia fosse mantida articulada, na forma do *sadomasoquismo*, seria preciso anular o *ego* a fim de dissolver as individualidades no amálgama da massa e de se submeter, de maneira masoquista, ao poder irresistível do mais forte; segundo Hitler (AQUINO, 1986:185): “O indivíduo nada é e nada vale. O indivíduo deve aceitar essa insignificância pessoal, dissolver-se em um poder superior, e então sentir-se orgulhoso de participar da força, e da glória desse poder superior”.

Conforme Fromm (1986:188), “foi criada uma hierarquia em que todos tinham alguém acima de si a quem se submeter e alguém abaixo sobre quem exercer seu poderio; o homem no alto, o chefe, tinha acima de si o Destino, a História, a Natureza, com o poder em que se poderia fundir”.

Em suma, essa cadeia complexa organiza, em dois extremos, a luta pela civilização, dado que, na visão de mundo difundida pelo nazismo, sistemas igualitários de governo (seja o liberalismo burguês, seja o socialismo bolchevique), permitindo a ascensão dos *menos aptos* (extremo inferior), atentariam contra as *Leis da Natureza* (extremo superior).

Nesta lógica, a submissão dos párias sociais condenados pelo nazismo seria uma necessidade em prol da paz e do curso natural da vida social, tanto por serem uma ameaça à civilização e à cultura, quanto por serem uma ameaça a si mesmos (daí necessitarem da tutela de um regime autoritário, uma vez que *sua dominação ocorreria para o seu próprio bem*). Na racionalização produzida pelo nazismo, a extensão do domínio alemão sobre outros povos, pela via do imperialismo militarista, também seria uma estratégia necessária a fim de evitar que a Alemanha fosse dominada pelos inimigos num futuro iminente, uma vez que a tríade: comunismo, judaísmo e Maçonaria Iluminista, juntos, estariam à frente da orquestração de um plano de dominação mundial, ameaça para a qual o *nazismo* seria o único poder capaz de fazer frente.

O *sadismo* nazista, na discursiva de Hitler, seria racionalizado de forma tal que seu conteúdo, além de não nomear seu *sadismo* implícito, apontaria para o inimigo a condição sádica. Defendendo-se do *sadismo* que imputa ao *outro*, o nazismo não seria sádico, seria inocente, o que tornaria coerente o exercício sádico no intuito de defender-se do *sadismo* alheio.

E a *Pax Nazista*, alcançada pela via da dominação mundial quando todos os inimigos de seu *idealismo* teriam sido subjugados ou destruídos, se estabeleceria como uma paz “apoiada não pelos ramos de palmeiras de chorosas carpideiras pacifistas profissionais, e sim fundada pela espada vitoriosa de um povo de suseranos que põe o mundo a serviço de uma cultura superior” (HITLER APUD FROMM, 1986:181).

A racionalização produzida pelo nazismo justificaria, com isso, a violência extrema como recurso da política; a perseguição policial assassina a toda e qualquer

dissidência; o aniquilamento físico de opositores; a guetoização, o concentramento, a escravização e o extermínio de todos os que foram apontados, pelo regime de propaganda de massa e pela educação formal como inumanos inimigos da civilização; e, *in extremis*, à extensão da guerra total e de todos os seus males por onde pisaram as botas da *Wehrmacht*³.

Mas ainda assim, para Fromm, a experiência autoritária do nazismo, tal qual qualquer outro sistema autoritário, não pôde dar cabo das condições fundamentais que permitem aos indivíduos a busca pela liberdade, sobretudo a busca que provem das condições impostas por regimes autoritários. Como ato de liberdade, a violência se converte, em última instância, no princípio da razão.

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo séc. XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939 – Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo. *História do Capitalismo: das origens até a Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: FFLCH-USP, 2015.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- HOBBSAWM. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.
- LASSWELL, Harold D.; “The Psychology of Hitlerism”; *The Political Quarterly*, Londres: MacMillan & Co., Vol. IV, 1933.
- MUMFORD, L. *Faith for living*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co., 1940.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa: Estampa, 1974.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SÓFOCLES. *Edipo Rei*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- SCHUMAN, F. L. *The Nazi Dictatorship*. Nova Iorque: Alfred A. Knop, 1939.
- TOBIAS, Fritz. *The Reichstag Fire*. Nova Iorque: Putnam, 1964.

³ As Forças Armadas do Estado Alemão sob a bandeira do *III Reich*.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía – mundo europeo en el siglo XVI*. México: Siglo Veinteuno, 1979.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.